

12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS CIDADÃO” E /OU O PROJETO DE “ATENDIMENTO MUNICIPAL NOS ESPAÇOS CIDADÃO.

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato administrativo de delegação de competências, e a minuta de acordo de cedência de posição contratual, nos termos da leitura conjugada do n.º 1 do art.º 23.º, alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar nos termos e de acordo com proposta em anexo.

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO
PROJETO “ATENDIMENTO MUNICIPAL NOS ESPAÇOS CIDADÃO”**

Considerando que:

- 1) Os municípios e as freguesias têm por atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, cuja prossecução articulam entre si, com respeito pelos princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, podendo, para o efeito recorrer à delegação de competências (cfr artigos 4º, 7º, nº1, 23º, nº 1 e 117º nº1 do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12, de setembro, **doravante designado RJAL**);
- 2) Para efeitos da prossecução articulada das respetivas atribuições, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias visando, nomeadamente, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis (artigo 117º, nº 2 e 118º do RJAL);
- 3) A delegação de competências dos municípios nas freguesias concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais (cfr artigos 119º, 120º, nº 1 e 131º do RJAL);

Considerando ainda que:

- 4) A Administração Pública deve organizar-se de modo a aproximar os serviços públicos dos cidadãos, privilegiar a utilidade e comodidade para o cidadão no acesso aos serviços públicos e racionalizar os custos da Administração com instalações e equipamentos;
- 5) Os contratos de delegação de competências devem, nos termos do artigo 115º aplicável por força do disposto no artigo 122º do RJAL, prever expressamente os recursos

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CIDADÃO E AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo ainda estes, em cumprimento do previsto na alínea g) do nº 1 artigo 9º e alínea k) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma legal, ser aprovados pela assembleia de freguesia e assembleia municipal, respetivamente;

- 6) A Freguesia celebrou com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) protocolo para a instalação de Espaço Cidadão, numa ótica de partilha de recursos e com o objetivo de promover a prestação de serviços de atendimento ao público, criando sinergias entre a administração central e local, no sentido da prossecução de políticas concertadas em prol do interesse público e dos residentes do concelho;
- 7) É objetivo do Município de Braga e da Freguesia garantir a prestação de um serviço de atendimento mediado dos serviços disponíveis no Balcão Único Online do Município, com vista a promover uma efetiva proximidade ao Munícipe e simplificar o acesso aos serviços prestados pelo Município;
- 8) Se mostra necessário concretizar o modo de execução das competências de atendimento, que pelo presente instrumento se delegam na Freguesia, estabelecendo-se designadamente que:
 - A Freguesia compromete-se a afetar a tempo parcial um assistente técnico ao exercício das funções delegadas (atendimento digital assistido da administração local) e a elaborar documentos rigorosos e periódicos de monitorização do exercício destas funções;
 - O Município compromete-se a garantir a formação inicial aos mediadores de atendimento, junto dos serviços municipais quanto ao funcionamento do Serviço de Atendimento Online, com acompanhamento periódico.

Assim, e nos termos das disposições consagradas nos artigos 120.º e 131.º do RJAL,

Entre:

O **Município de Braga**, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Municipal 4700-435 Braga, com o número de pessoa coletiva n.º 506 901 173, representado neste ato pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, doravante designado por Primeiro Outorgante;

e

A **Freguesia de**, pessoa coletiva de direito público, com sede na..... com o número de pessoa coletiva n.º, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta,, doravante designada por segunda Outorgante;

É celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências que será regulado pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto

O presente contrato tem por objeto a concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências na segunda Outorgante quanto à gestão do “Atendimento Municipal no Espaço Cidadão” instalado na Junta de Freguesia de

Cláusula Segunda

Âmbito

1. A segunda Outorgante compromete-se a prestar o atendimento mediado dos serviços disponíveis no Balcão Único Online do Município melhor discriminados no Anexo I.
2. O atendimento mediado previsto no número anterior será prestado no Espaço de Cidadão instalado na sede da Junta de Freguesia de com recurso ao equipamento e material fornecido pela Agência de Modernização Administrativa (AMA) no âmbito do protocolo celebrado com aquela Agência.
3. A segunda outorgante compromete-se a criar as condições necessárias para seja possível instalar os meios adequados para que os cidadãos possam efetuar o pagamento dos serviços relativos ao Balcão Único Online, zelando pela disponibilização do equipamento que a autarquia lhe confiar.
4. A segunda outorgante obriga-se a assegurar os recursos humanos e materiais necessários ao atendimento mediado previsto no nº 1 da presente cláusula, sem prejuízo do disposto na cláusula Quinta.
5. A segunda outorgante obriga-se a afetar parcialmente um trabalhador, numa percentagem de 50% do horário normal de trabalho em funções públicas, para prestar o atendimento

mediado das formalidades disponíveis no Balcão Único Online do Município de Braga (anexo I), garantindo as funções previstas no n.º 2 da cláusula sexta e, as obrigações de registo diário dos serviços efetuados, bem como a elaboração de relatórios de atividade, previstos no n.º 1, da cláusula oitava.

Cláusula Terceira

Mediadores de atendimento digital

1. Os mediadores que exercem funções de atendimento mediado dos serviços disponíveis no Balcão Único Online do Município no Espaço Cidadão, serão propostos pela segunda Outorgante ao primeiro Outorgante.
2. A segunda Outorgante compromete-se a comunicar de imediato ao primeiro Outorgante a substituição de mediadores, com vista a garantir a devida formação e a interlocução com o Município de Braga.

Cláusula Quarta

Formação dos mediadores

1. Aos mediadores será fornecida a formação inicial e contínua quanto à mediação para o registo de utilizadores online e para a submissão de pedidos/processos dos Serviços de Atendimento Online do Município, bem como lhes será facultada toda a informação útil sobre as diversas formalidades do Município.
2. Os eventuais encargos com a deslocação dos mediadores até ao local onde a formação seja ministrada serão suportados pela segunda Outorgante.

Cláusula Quinta

Recursos Financeiros

1. Para o exercício das competências referidas na cláusula segunda, que pelo presente contrato se delegam, o Município de Braga transfere anualmente para a segunda Outorgante, aproximadamente, o valor correspondente a 50% da remuneração base anual de um assistente técnico, integrado na 1.ª posição remuneratória, o que corresponde no ano de 2023, o valor de 7.134,77€. Este valor será revisto de acordo com as atualizações anuais salariais da função pública;

2. As transferências anuais, da primeira outorgante para a segunda outorgante, ocorrerão da seguinte forma:
- a) 90% do valor é transferido no decurso do primeiro mês, após assinatura do contrato interadministrativo entre as partes;
 - b) 10% do valor é transferido no primeiro mês do ano seguinte, após a entrega do relatório anual de atividades (a entregar até 5 de janeiro de cada ano) previsto na alínea d) do n.º 1 da Cláusula oitava e, desde que o segundo outorgante tenha dado cumprimento ao registo diário dos atendimentos prestados, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 da Cláusula oitava.

Cláusula Sexta

Recursos Humanos

- 1. A afetação de colaboradores à função de mediador de atendimento digital, com vista à concretização da delegação de competências operada no presente instrumento, ficará a cargo da segunda Outorgante.
- 2. As funções do mediador de atendimento digital, compreenderão as tarefas associadas ao atendimento, execução e organização:
 - a) As funções de atendimento consubstanciar-se-ão no atendimento ao cidadão, designadamente no que se refere no registo e acesso aos Serviços de Atendimento Online do Município de Braga (Anexo I), bem como nos esclarecimentos de dúvidas associadas. Para o efeito, o Município de Braga garantirá, através de um recurso técnico nos serviços do Município, o devido apoio/interlocução à segunda Outorgante;
 - b) As funções de execução traduzir-se-ão ainda na consulta regular do site oficial do Município e das formalidades do Município, bem como no recebimento/tratamento das mensagens da caixa de correio eletrónica para garantir a informação atualizada para o adequado desempenho das funções, bem como, na respetiva comunicação atempada à primeira Outorgante de toda a informação relacionada, direta ou indiretamente, com a prestação dos serviços e na resposta à participação em ações de formação propostas pelo Município;

- c) As funções de organização, por seu turno, pressupõem a observância do horário de funcionamento comunicado e bem assim, na operacionalização do espaço ao nível dos recursos informáticos e materiais.

Cláusula Sétima

Recursos Patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais imobiliários do primeiro outorgante à segunda Outorgante.

Cláusula Oitava

Obrigações da Freguesia

1. Com vista a garantir uma efetiva execução do presente contrato, a segunda Outorgante obriga-se:
 - a) A comunicar antecipadamente ao primeiro Outorgante o horário de funcionamento do atendimento mediado dos serviços disponíveis no Balcão Único Online do Município, bem como qualquer alteração do mesmo ou encerramento;
 - b) Manter o horário de funcionamento do atendimento dos serviços disponíveis no Balcão Único Online do Município afixado no local e publicitado na página da Junta de Freguesia;
 - c) Proceder ao registo diário dos atendimentos prestados dos serviços disponíveis no Balcão Único Online do Município, utilizando para o efeito o ficheiro partilhado através da Google Drive, disponibilizado pelo primeiro Outorgante, ao qual terá acesso o interlocutor do Município de Braga que monitorizará o desempenho do mesmo;
 - d) Elaborar relatórios de atividade, semestral e anual onde constem o número de atendimentos realizados, tipologias de assuntos tratados, dificuldades sentidas e, ações de melhoria propostas;
 - e) Assumir os encargos decorrentes das competências aqui delegadas, designadamente disponibilização de consumíveis e material de economato, segurança e limpeza do local, bem como de água, eletricidade e gás.
 - f) Obter o consentimento expresso e informado dos cidadãos que utilizem os serviços de atendimento digital assistido que careçam de autenticação de utilizadores de acordo com os procedimentos definidos pelo Município de Braga;

- g) Informar o titular dos dados sobre o tratamento de dados pessoais e os direitos passíveis a serem por este exercidos;
 - h) Assegurar que esse tratamento encontra sustentação nos fundamentos de licitude plasmados no art. 6º do RGPD.
2. A segunda Outorgante deve comunicar ao primeiro Outorgante, imediatamente após o seu conhecimento, por escrito e pelo meio mais expedito, a ocorrência de qualquer facto que afete ou possa afetar de forma significativa o exercício das competências delegadas.

Cláusula Nona

Responsabilidade civil

São da responsabilidade da Freguesia os prejuízos causados a terceiros no âmbito do presente contrato de delegação de competências.

Cláusula Décima

Gestores do Contrato

1. A Freguesia designa um gestor de contrato, XXXXXXXX, a quem cumprirá acompanhar permanentemente a sua execução, detetando desvios e reportando-os, identificando em relatório autónomo as medidas corretivas que se revelem adequadas.
2. O Município de Braga designa igualmente um gestor de contrato, XXXXXXXX, a quem cumprirá acompanhar permanentemente a sua execução, detetando desvios e reportando-os, identificando em relatório autónomo as medidas corretivas que se revelem adequadas.

Cláusula Décima Primeira

Revisão ou modificação

1. O presente contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias tenham sofrido uma alteração anormal ou imprevisível e, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos.
2. A modificação do contrato carece sempre de acordo entre as partes, a realizar por escrito.

Cláusula Décima Segunda

Cessação

1. O presente acordo pode cessar por caducidade, resolução ou revogação.
2. A cessação do presente acordo não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

Cláusula Décima Terceira

Caducidade

O presente acordo cessa por caducidade nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo prazo de vigência, nos termos previstos no artigo 123º, nº 2 e 3 do RJAL.

Cláusula Décima Quarta

Resolução e revogação

1. Qualquer uma das partes pode resolver o presente acordo com fundamento no incumprimento das obrigações assumidas pela outra contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Os contraentes podem revogar o contrato por mútuo acordo.
3. No caso de revogação ou resolução do acordo por razões de relevante interesse público, as contrapartes devem demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do nº 3 do artigo 115º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula Décima Quinta

Regime aplicável

Em tudo o que não se encontrar regulado no presente acordo é aplicável o disposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e, subsidiariamente, o disposto no Código dos Contratos Públicos (Parte III) e no Código do Procedimento Administrativo, designadamente no que se refere à respetiva execução, com as devidas adaptações.

Cláusula Décima-Sexta

Tratamento de Dados Pessoais

No âmbito do tratamento de dados pessoais, a Freguesia/ UF..... obriga-se a:

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CIDADÃO E AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

1. Designar um Encarregado da Proteção de Dados, tendo em consideração o Artigo 37º, n.º 1, a) do RGPD e, de acordo com a Lei 58/2019, de 08 de agosto, no disposto do seu artigo 12º, n.º 1 e n.º 2.
2. Executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
3. Não proceder às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português.
4. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os mediadores de atendimento digital, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
5. Adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, nos termos do artigo 32.º do RGPD, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento.
6. Apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português.
7. Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

Cláusula Décima-Sétima

Entrada em vigor

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, devendo as partes promover a sua publicitação.
2. O período de vigência deste contrato coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados.
3. O presente contrato considera-se renovado após a instalação do órgão deliberativo do município que suceda ao atualmente em funções, não determinando a mudança dos titulares

dos órgãos do município a sua caducidade, sem prejuízo do referido órgão poder denunciá-lo no prazo de seis meses após a sua instalação.

Cláusula Décima-Oitava

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico que venha a ser definido pelo gestor de contrato do Município.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada ao outro Outorgante.

Cláusula Décima-Nona

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento nº ----, correspondendo-lhe o compromisso sequencial nº -----

A celebração do presente contrato de delegação de competências foi autorizada por deliberação da assembleia municipal de ----- sob proposta da câmara municipal aprovada em reunião de ----- e deliberação da assembleia de freguesia de ----- sob proposta da junta de freguesia, e foi impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

ANEXO I

- Lista dos serviços de atendimento do Município de Braga

Braga, _____ de _____ de 2023

O Primeiro Outorgante

Dr. Ricardo Rio

O Segundo Outorgante

XXXXXXXX

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

Informação n.º I/83451/2022

Data: 22/11/2022

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:
Despachos	
Informação: Concordo O(a) Chefe Divisão/ O	Informação: Concordo O(a) Diretor(a) Municipal:
Informação: Concordo O(a) Vereador(a):	Despacho: À reunião de Exceutivo Municipal

Assunto:

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO PROJETO DE “INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS CIDADÃO” E /OU O PROJETO DE “ATENDIMENTO MUNICIPAL NOS ESPAÇOS CIDADÃO”

PROPOSTA: Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato administrativo de delegação de competências, e a minuta de acordo de cedência de posição contratual, nos termos da leitura conjugada do n.º 1 do art.º 23.º, alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias:

- A) Junta de Freguesias de Adaúfe; Junta de Freguesia de Figueiredo; Junta de Freguesia de Sobreposta; Junta de Freguesia de Sequeira; Junta de Freguesia de Tadim e Junta de Freguesia de S. Vicente**, no caso, Espaços Cidadão protocolados diretamente pela Câmara Municipal de Braga e a Agência para a Modernização Administrativa e, para as quais se propõe a transferência do atendimento mediado do Espaço Cidadão e do atendimento municipal, conforme a lista de serviços anexa à minuta de contrato interadministrativo;
- B) Junta de Freguesia de Palmeira; Junta de Freguesia de Gualtar; Junta de Freguesia de Nogueiró e Tenões; Junta de Freguesia de Arentim e Cunha e; Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações**, no caso, Espaços Cidadão protocolados diretamente entre as Juntas de Freguesia e a Agência para a Modernização Administrativa, com declaração de não oposição do Município e, para as quais se propõe a manutenção do Espaço Cidadão adicionando o atendimento municipal, conforme a lista de serviços anexa à minuta de contrato interadministrativo.

Para o exercício das competências referidas pelas Juntas de Freguesia, o Município de Braga **propõe a transferência anual**, para a segunda Outorgante, de **8.058,41€** (por Junta de Freguesia).

Considerando que:

- 1) O Município, por força do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, dispõe de competências no domínio da colaboração e apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- 2) O Município celebrou com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) protocolos para a instalação de sete Espaços Cidadão no Concelho de Braga, numa ótica de partilha de recursos e com o objetivo de promover a prestação de serviços de atendimento ao público, criando sinergias entre a administração central e local, no sentido da prossecução de políticas concertadas em prol do interesse público e dos residentes do concelho;

- 3) Destes sete (7) Espaços Cidadão, seis (6) deles pretendem estabelecer contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito da instalação e funcionamento do “Espaços Cidadão” e do projeto “Atendimento municipal nos Espaços Cidadão”;
- 4) O Município de Braga não se opôs à instalação de mais seis (6) Espaços Cidadão, protocolados diretamente pela respetiva Juntas de Freguesia, com a AMA, IP e, que agora se propõe transferir o atendimento municipal para cinco (5) dos espaços, conforme anexo I à minuta de contrato;
- 5) Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 6) A concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no artigo 135.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do artigo 121.º do mesmo diploma legal;
- 7) É objetivo do Município e da Freguesia garantir a prestação de um efetivo serviço de proximidade ao Munícipe;
- 8) Tendo em vista esse objetivo, torna-se necessário concretizar o modo de execução das competências de atendimento delegadas na Freguesia, estabelecendo-se que:
 - a Freguesia se obriga a afetar parcialmente um assistente técnico ao exercício das funções delegadas (atendimento digital assistido da administração central e local);
 - a Freguesia se obriga a elaborar documentos rigorosos e periódicos de monitorização do exercício destas funções, conforme o previsto na alínea d) da oitava cláusula da minuta do contrato em anexo;

- o Município se obriga a garantir a formação inicial junto da Agência para a Modernização Administrativa no que toca ao atendimento da administração central, bem como junto dos serviços municipais quanto ao funcionamento do Serviço de Atendimento Online, com acompanhamento periódico mensal.

9) Para o exercício das competências referidas pelas Juntas de Freguesia, o Município de Braga, **transfere anualmente para a segunda Outorgante**, aproximadamente o valor correspondente a 50% da remuneração base anual de um assistente técnico, integrado na 1.^a posição remuneratória, o que corresponde em 2023 ao valor de **8.058,41€** (por Junta de Freguesia e, no total dos onze espaços cidadão corresponde: 88 642,51€), valor a rever de acordo com as atualizações anuais salariais da função pública.

Propomos:

O estabelecimento do contrato interadministrativo cuja minuta se junta, para todos os Espaços Cidadão referenciados nas alíneas A) e B) e, o estabelecimento do acordo de cedência de posição contratual, para os espaço identificados na alínea A).

A Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e aos Órgãos Autárquicos